

Escolas Profissionais, que futuro?

Joaquim Azevedo
Fátima, 8 de Março 1996

Comunicação à Conferência sobre “Ensino Profissional - Ano 2000” realizada pela ANESPO, em Fátima, nos dias 7 e 8 de Março de 1996

Escolas Profissionais, que futuro?

Agradeço o amável convite da ANESPO para estar presente na Conferência sobre “ENSINO PROFISSIONAL - ANO 2000”. Ele constituiu uma nova oportunidade para eu “regressar às escolas profissionais”. A Direcção da ANESPO pediu-me para abordar o tema do futuro das escolas profissionais. Digamos que a temática é pouco inovadora. Mas, o que ela não merece em inovação é-lhe devido em oportunidade e pertinência. Já antes e muito frequentemente me perguntaram: o que pensa do futuro das escolas profissionais? A pergunta, para o bem e para o mal, continua em aberto. E ter o futuro aberto, apesar da inquietação constante, já é uma grande virtualidade deste projecto de educação do nosso sistema educativo.

A minha primeira vontade é devolver-lhes a pergunta: o que pensam das escolas profissionais? Sim, porque antes de mais, o futuro das escolas profissionais, em 1996, devem ser as escolas profissionais a pensá-lo e a construí-lo. Ele pertence-vos, como instituições sociais autónomas e responsáveis.

O meu contributo, o de um observador agora mais distanciado do quotidiano das escolas e dos níveis de decisão política, não pode ser linear. Para questões complexas, respostas complexas. Assim, ousc equacionar o futuro das escolas profissionais à luz de um feixe de focos que sobre elas incidem ou que sobre elas podemos fazer incidir, de novo.

O feixe que proponho tem oito focos:

- o contexto histórico
- a evolução da sociedade e da economia
- a evolução das políticas de educação e de formação
- a inserção profissional dos jovens
- a evolução da procura social
- a evolução das práticas da administração
- a história recente das escolas profissionais
- o querer dos responsáveis pelas escolas profissionais

À luz do contexto histórico - falamos de história da educação em Portugal - as escolas profissionais nascem num nicho do sistema escolar muito marcado por processos sociais de discriminação negativa. No nosso século, o ensino de tipo técnico e profissional começou por ser quase inexistente, depois foi-se constituindo como a alternativa ao ensino liceal, durante as décadas de 40 e 50. Com o início da democratização do ensino, o ensino técnico entrou numa fase crítica e não viria a resistir às políticas de igualização de oportunidades que se seguiram ao 25 de Abril. Durante os anos 70 e 80 a sua expressão foi sempre muito diminuta. Mas, com o lançamento do chamado “Ensino Técnico-Profissional”, em 1983, das Escolas Profissionais, em 1989 e com a criação dos Cursos Tecnológicos do ensino secundário, em 1993, processou-se uma lenta revalorização do ensino técnico e profissional, que ainda está longe de uma cuidada avaliação e cujo impacto ainda é muito cedo para

perceber, na sua natural complexidade.

No entanto, “passado é prólogo” e dificilmente escapamos às tendências pesadas do passado. É neste contexto que começo por situar o presente e o futuro das escolas profissionais. Por um lado, têm dificuldade em se libertar de uma envolvente social que as estigmatiza, por outro, partindo do reconhecimento desta mesma realidade, reúnem novas condições para se irem libertando dessas marcas de “longa duração”. Como? Aprendendo com as próprias lições da história e ousando trilhar novos rumos.

A título exemplificativo podemos enumerar alguns dos elementos que estão a contribuir para colocar o ensino profissional como uma alternativa de formação socialmente credível, dignificada e desejada: um elevado investimento financeiro na criação de uma formação de qualidade, de largo espectro, que compreende a formação sociocultural, científica e técnica; o facto de centenas de instituições da sociedade civil investirem com entusiasmo neste tipo de formação; o tipo de recrutamento de docentes, que permite escolher perfis profissionais adequados; a equivalência global de formação e de diplomas entre cursos profissionais e cursos gerais; a razoável empregabilidade alcançada pelos jovens diplomados; a aplicação do sistema modular e o consequente regime de avaliação.

O risco que se pode vir a correr no futuro é o de deixar de investir em alguns destes factores-chave da redignificação histórica do ensino profissional, para o qual as escolas profissionais tanto têm contribuído.

À luz da evolução da sociedade e da economia portuguesa, o futuro das escolas profissionais não é linear nem de imediata percepção. Porquê? Em primeiro lugar, porque creio que as escolas profissionais não devem subordinar o seu futuro exclusivamente a imperativos socioeconómicos. Depois, porque esta evolução, está carregada de incerteza.

Enquanto organizações sociais portadoras de projectos educativos, cabe-lhes escapar a essa subordinação, não como quem escapa a uma cilada, mas como quem, conscientemente, integra essa articulação necessária num conjunto mais vasto de objectivos educacionais.

Após cinquenta anos de investimento em educação, enquanto desenfreada tentativa de desempenhar bem o papel de bem servir à mesa da economia, os sistemas escolares dão-se conta, por um lado, de que nunca se conseguirá alcançar a correspondência desejada entre a formação e o emprego e, por outro, de que terão inevitavelmente de alargar muito mais o leque de objectivos e meios educacionais.

A sociedade portuguesa tem mudado muito e a economia também, embora não tanto como certos discursos optimistas e a-históricos indiciam. Se é verdade que existe um mercado de trabalho exigente do ponto de vista da competitividade, da produtividade e das qualificações, também é verdade que persiste e é maioritário, entre nós, um mercado de trabalho que continua a requerer mão-de-obra intensiva e baixas qualificações e a oferecer baixas remunerações.

Creio que as escolas profissionais não devem ignorar esta segmentação do mercado de trabalho. Antes deveriam construir uma estratégia para lhe fazer face. Por exemplo, que formação privilegiar, a que serve os sectores mais competitivos da economia, minoritários e fracos consumidores de novos empregos ou os sectores mais tradicionais e que continuam a ser os grandes empregadores? Ou devem apenas preparar os jovens para um mercado de trabalho em permanente mutação, reforçando a formação científico-técnica e competências de adaptabilidade? Que atenção dar aos mercados de trabalho locais e às estratégias de recrutamento dos empregadores?

Ainda nesta faceta, convém referir a enorme mutação que ocorreu no mundo das profissões e no mercado do primeiro emprego. Cada vez é mais elevado o desemprego estrutural juvenil, as vinculações contratuais são crescentemente precárias e as profissões alteram-se rapidamente, seja no seu conteúdo funcional, seja no seu perfil profissional geral. Novas profissões são criadas a um ritmo sem precedentes e, sobretudo, as trajectórias profissionais dos que vão agora iniciar a sua vida profissional muito pouco terão de semelhante com os que realizaram os seus pais, a geração precedente. São itinerários imprevisíveis, com tempos de trabalho e tempos sem trabalho, com mutações de sector, de actividade, de tipo de contexto, de equipas de trabalho. Poderíamos continuar ... mas este não é o momento adequado.

Desta visão do futuro que se avizinha, decorrem importantes questões para as escolas profissionais e para os seus projectos de formação. Como se prepara profissionalmente um jovem para um mundo profissional tão imprevisível? Que perfis de formação construir, tanto ao nível dos saberes, como das atitudes, das metodologias, do tipo de actividades lectivas, dos espaços de aprendizagem e do tipo de formadores.

Devemos preparar os jovens para a adaptação permanente ou para o empreendimento permanente? Que papel teremos de reservar às actividades de orientação profissional e de desenvolvimento de novas competências impriscindíveis para a gestão de carreiras complexas?

Inúmeras perguntas, estas e outras, permitem-nos deixar um futuro aberto neste domínio. O projecto de formação das escolas profissionais é sempre inacabado e carece de adaptações cíclicas às novas exigências da inserção profissional dos jovens, numa sociedade e numa economia em tão acelerada mudança.

O principal risco que se corre, neste domínio é o fechamento das escolas sobre si próprias e sobre requisitos do passado. A abertura contínua à realidade envolvente e a atenção permanente aos sinais que ela emite para o mundo da formação são atitudes decisivas para escolas profissionais com futuro.

À luz da evolução das políticas de educação e formação também não é muito fácil equacionar o futuro das escolas profissionais. A razão é singela: é preciso saber primeiro qual a evolução dessas políticas mais gerais. E sabermos quanto elas estão condicionadas pelo poder político instituído, pela evolução da economia e da própria sociedade, em geral.

No entanto, creio que é preciso dotar este subsistema de um estatuto claro no conjunto da oferta de educação e formação pós-obrigatória. Este estatuto, não o vejo como uma construção iluminada da 5 de Outubro, mas como uma construção que há-de ser realizada em diálogo social, envolvendo os parceiros sociais, as escolas e a administração.

Limito-me, por isso, a enunciar algumas ideias que, caso se lhes reconheça mérito, podem vir a enriquecer esse diálogo.

- a) as escolas profissionais constituem, juntamente com as escolas secundárias, as alternativas de formação escolar para os jovens que iniciam a sua formação após o termo da escolaridade obrigatória; não são, por isso, nem mais nem menos que as escolas secundárias, são diferentes e têm missões distintas e complementares face à satisfação da procura social. São percursos de formação alternativos e cada qual deve poder suscitar uma procura específica. Ao chamar as escolas profissionais à sua tutela, o Ministério da Educação pouco mais quis dizer do que isto. Só lhe falta continuar a retirar as consequências desta orientação política, caso a queira manter;
- b) as escolas profissionais, face às escolas secundárias, apresentam especificidades relevantes: são escolas locais, de iniciativa de instituições locais e dotadas de autonomia; oferecem cursos eminentemente terminais que se traduzem em titulações técnico-profissionais, de nível III de qualificação profissional; estes diplomas são, para efeitos de prosseguimentos de estudos, diplomas de estudos secundários;
- c) as escolas profissionais dirigem-se, como oferta educativa escolar, a um núcleo minoritário da procura social, procura esta que esboça como projecto de vida, na maioria dos casos, a inserção socioprofissional no termo dos cursos. A territorialização das escolas constitui uma vantagem acrescida como trampolim para os processos de inserção, cada vez mais imprevisíveis e turbulentos, como disse,
- d) as escolas profissionais, na arquitectura do sistema escolar, carecem de melhor enquadramento político. Ou seja, a montante, de uma boa formação de base, menos desligada dos contextos socioeconómicos locais e, a jusante, precisam de soluções de continuidade, seja no que se refere a cursos de especialização tecnológica e à realização de estágios, p. ex., seja no que se refere ao tipo de ensino superior de cariz tecnológico que se pretende desenvolver em Portugal, nomeadamente que cursos? que flexibilização da oferta? que vagas? que estatuto?
- e) as escolas profissionais não devem, nesta óptica, sofrer qualquer tipo de discriminação no processo de revisão dos mecanismos de continuação de estudos e, em particular, no regime de acesso ao ensino superior, devendo apenas ser tratadas como aquilo que são, parte integrante do subsistema do ensino secundário, a par e em paridade com as escolas secundárias.

Finalmente, creio que as escolas profissionais constituem um nervo estratégico no desenvolvimento do sistema educativo português, sobretudo enquanto factor de inovação educativa e instrumento de oxigenação do sistema, que bem precisa de se reinventar. E não há melhor modo do que este: ir-se reinventando.

Neste âmbito, o risco que se corre é o de reintroduzir factores de discriminação negativa das escolas profissionais, ainda que sob o pretexto de se estar a definir, com mais rigor e consistência, o seu estatuto.

À luz da inserção socioprofissional dos jovens, também não é fácil vislumbrar um cenário claro para o futuro das escolas profissionais. Um dado é certo: é dos sucessos dessa inserção que se nutre, em grande parte, o sucesso das escolas profissionais e a persistência de uma procura social motivada e elevada.

Face às adversidades já referidas no que respeita à situação do mercado do primeiro emprego, é possível afirmar que a problemática da inserção socioprofissional dos jovens diplomados pelas escolas profissionais representa uma trave mestra no futuro das escolas profissionais.

As escolas não têm ficado paradas à espera que o futuro lhes caia em cima, carregado de modelos do passado, de soluções antigas, inadequadas, desajustadas no tempo. Mas é possível certamente fazer melhor.

Entre outras iniciativas, creio que seria de reforçar um conjunto de actividades complementares, em ordem a habilitar os jovens para rasgarem processos pessoais de inserção, conformes às suas expectativas. Entre elas sublinho: a orientação profissional, mais uma vez, a realização de visitas de estudo e de debates semanais entre o de dentro e o de fora da escola, organização e apoio a estágios profissionais e experiências de trabalho, a aprendizagem da gestão da carreira profissional, as especializações tecnológicas, e, porventura não menos importante, o apoio aos processos de inserção. A escola profissional não se deve desligar dos jovens diplomados no dia em que eles concluem os seus cursos. Deverão manter a ligação, observar as trajectórias profissionais, apoiar os jovens nas horas mais difíceis dos seus projectos profissionais, actualizar saberes e competências, apoiar reconversões.

Entre todas estas missões, talvez a manutenção do contacto pessoal, da porta aberta, da palavra amiga e exigente, seja o melhor que as escolas profissionais têm a dar a estes jovens que entram na vida activa num contexto difícil e, para muitos deles, assustador.

O maior risco que se pode correr, neste caso, é o de as escolas profissionais se tornarem máquinas bem oleadas de fabricação de diplomados, ignorando o seu “dia seguinte”.

À luz da evolução da procura social julgo que as escolas profissionais têm o futuro aberto. Com efeito, com a chegada de novos grupos juvenis ao termo da escolaridade obrigatória e com a sua passagem cada vez mais certa para o ensino

secundário, coloca-se, para muitos adolescentes e para as suas famílias, o problema central de realizar uma escolha que favoreça boas condições de inserção socioprofissional futura e que se adeque aos projectos pessoais de vida de cada um.

A realização de um curso profissional e a obtenção de uma qualificação profissional, publicamente reconhecida, a par da conquista de uma equivalência escolar para efeito de prosseguimento de estudos, constituem um cenário atraente para muitas famílias que, assim, podem realizar um investimento mais seguro para o futuro profissional dos seus filhos.

O prosseguimento de estudos pós-secundários, sejam universitários ou não, é preciso dizê-lo, pode ser realizado hoje ou amanhã. As pessoas vão percebendo que, muitas vezes, é prioritária a realização de uma primeira experiência profissional. Por outro lado, a formação há-de ser, cada vez mais, uma preocupação e uma ocupação ao longo de toda a vida profissional.

Pelos níveis de procura que se têm vindo a registar, é possível que as escolas profissionais mantenham uma boa configuração nas representações sociais acerca das oportunidades que conferem^{*}. No entanto, para que não se quebre um ciclo favorável, é necessário, por um lado, que as escolas consolidem e ganhem mais credibilidade local e subregional e que divulguem bem os seus projectos e, por outro, é bem importante que a administração e o governo não continuem a lançar sinais - porque a procura social alimenta-se destes ténues sinais - de desmobilização da procura social, do género “vão fechar escolas profissionais”, pois tais afirmações nada dizendo de concreto, ameaçam de descrédito um subsistema que não o merece e que tanto está a fazer pelo desenvolvimento pessoal e social dos jovens e pelo desenvolvimento global do país.

Neste domínio, continua a correr-se o risco de confundir a procura social, sobretudo pela incapacidade política da sociedade portuguesa em tomar o ensino profissional como uma conquista face à qual não deve haver recuo (o que não quer dizer reestruturação e reorientação, em diálogo social).

À luz da evolução das práticas da administração educacional, o futuro das escolas profissionais é bastante indefinido. A relação entre as escolas profissionais e a administração continuará a ser um pólo de tensão permanente. O Estado debate-se entre práticas centralistas e autoritárias e práticas reguladoras, incentivadoras e fomentadoras da autonomia. As escolas debatem-se entre a consolidação das práticas autonómicas e criativas e a fuga para mecanismos de dependência fácil do poder do Estado. O conflito não existe apenas entre ambas as instâncias, existe dentro delas. O cruzamento de conflitos é inevitável e salutar.

Creio que às escolas caberá, no futuro, o reforço da sua capacidade autonómica, a livre e responsável criação de escolas diversas, próprias, com um rosto e uma identidade específicas, escolas territorializadas. E além de o fazerem terão de continuar a opôr-se, com dignidade, a todas as tentativas autoritárias da administração e às lógicas que nela favorecem a criação de escolas iguais em todo o território, cursos

^{*} Em 1995 candidataram-se mais de 16 000 jovens a cerca de 8 000 vagas.

e às lógicas que nela favorecem a criação de escolas iguais em todo o território, cursos iguais em todo o território, professores, salas de aula e oficinas iguais em todo o território. A salvaguarda da diversidade é essencial ao futuro das escolas profissionais.

À administração, uma vez estabelecidos ao longo destes anos os parâmetros gerais de actuação, caberá sobretudo o poder e o dever de rigorosas e transparentes práticas de avaliação, uma presença permanente na verificação dos resultados e não na regulamentação e uniformização da infinidade de pontos de partida, e ainda a correcção de assimetrias e o incentivo à autonomia. É preciso gostar-se das pessoas, dos locais diversos de Portugal e das suas paisagens, é preciso conhecer-se e amar-se os gestos que se fazem e os olhares que se trocam, para amar a autonomia, a liberdade e a responsabilização social, é necessário investir-se numa nova cultura. E para ela tanto hão-de contribuir as escolas como a administração, em diálogo, o que também quer dizer, em conflito e crítica permanentes.

Creio que o maior risco que se corre, neste caso, é o de evitar os conflitos entre escolas e administração, entre escolas e promotores e entre práticas autoritárias e centralistas e práticas autonómicas e libertadoras.

À luz da sua história recente, as escolas profissionais constituem um subsistema do sistema escolar que tem ainda uma vida curta. Apesar disso, criadas em 1989, as escolas são já mais de 160 e completam a sua malha de implantação geográfica com uma enorme rede de pólos ou extensões (mais de cinquenta).

Mas, mais do que isso, as escolas profissionais são um resultado de um esforço tenaz, persistente, muitas vezes incompreendido, de mais de três centenas de instituições da sociedade civil portuguesa. Um esforço apoiado pelo Estado, não há dúvida, mas que fariamos com o apoio do Estado sem essa iniciativa, sem essa dedicação ao bem público de tantas centenas de concidadãos, sem essa determinação e esse sonho de que temos algo de novo, útil e muito educativo a proporcionar aos jovens portugueses e ao tecido económico nacional?

A história recente das escolas profissionais é, antes de mais, o relato e a admiração por esta iniciativa, este esforço e este gosto pessoal que vejo e conheço estampado na cara de um punhado de portugueses. E este é, simultaneamente, o seu melhor capital para o futuro.

Se formos desistindo deste projecto, agora aqui, depois ali, por boas razões até, dadas algumas adversidades que vão sempre surgindo, o projecto vai morrendo, porque são pessoas, somos nós que o vivificamos ou não.

À luz da sua história recente, faltam anos de sedimentação, de pesquisa, de reorientação, de contínua avaliação, de correcção de trajectórias. O tempo é o nosso maior aliado, mas, ao mesmo tempo o nosso maior inimigo, porque é preciso dar-lhe tempo - ao tempo - para que, uma vez passado, nos credite valores, resultados e balanços merecedores de mais futuro e de melhor futuro.

Para terminar este enquadramento geral, muito breve, acerca do contexto em

que se poderão desenvolver as escolas profissionais no futuro, apresento um último foco, muito especial, que se relaciona, de modo particular com as senhoras e os senhores aqui presentes.

É o querer dos responsáveis pelas escolas profissionais que mais há-de influenciar o futuro das escolas profissionais. Imagino que nas vossas cabeças já baila o cepticismo ou até a recusa deste axioma. Mas eu mantenho-o e explico-o. Eu sei o quanto se pode prejudicar um projecto educativo de uma escola profissional, fazendo-o desenvolver-se em clima de instabilidade, de sujeição ou de asfixia financeira. E não faltam exemplos disto mesmo, de norte a sul do país, no passado recente. Só tenho a louvar a persistência, a paciência e a tenacidade dos responsáveis pelas escolas profissionais e de uma boa parte da administração educacional.

Mas o que quero dizer é que isto revela o querer das escolas profissionais e que o querer dos responsáveis pelas escolas profissionais é mais vasto, vê mais longe, tem outros horizontes e contém uma enorme pujança. Perdoai a minha frontalidade - os amigos têm de ser assim -, mas **o vosso querer pode mais**. Pode ser mais activo na sociedade e na economia local, pode ser mais activo apresentando alternativas concretas e estruturadas ao actual modelo de financiamento, tomando a dianteira na elaboração de alternativas, pode rever o funcionamento pedagógico e alterar métodos, programas e hábitos escolares, pode apoiar melhor os processos de inserção socioprofissional dos jovens, etc.

O número de escolas e de polos, o seu suporte em centenas de organizações sociais locais, as redes de cooperação que existem entre si - e que talvez devessem ser mais dinamizadas -, a experiência acumulada na história recente, a força, a coragem e a qualidade da actuação de tantos responsáveis, a motivação dos seus alunos e das respectivas famílias, a existência de um organismo de representação das escolas, tudo isto são factores, entre outros, de muita força e esperança em relação às potencialidades do querer das escolas profissionais.

O vosso querer pode muito, pode mais. Haja mais imaginação e mais ousadia. Sobretudo não haja complexos de subsistema minoritário ou medo pela dependência financeira face ao Estado. Este não tem outra atitude a tomar senão a de apoiar fortemente as escolas profissionais, como parte integrante do ensino secundário português. Entretanto, é necessário e é urgente rever as condições desse apoio. Muito bem, todos temos a ganhar com isso, perdendo eventualmente certos privilégios, só justificáveis em fase de lançamento e não em fase de cruzeiro. Mas, se assim o é, porque não são os responsáveis pelas escolas profissionais e o seu querer a tomar a iniciativa de propor ao Estado um novo modelo concreto e estruturado, repito, de apoio público e de participação privada?

O vosso querer pode mais. Muita coragem, que ela é bem precisa!